

Dívida pública cresceu 532,7% nominais nos últimos doze meses

por Fátima Belchior
do Rio

A dívida interna pública, de Cr\$ 103,2 trilhões em maio último, foi o centro das atenções na palestra realizada ontem, na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio, pelo presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber. Afinal, como ele justificou mais tarde à imprensa, destacou de todos os demais. Nos últimos doze meses findos em maio último, a dívida cresceu 532,7% (quase 100% em termos reais). Enquanto isto, houve queda da inflação, aumento de reservas, bons resultados na balança comercial e crescimento da economia.

Lemgruber falou de improviso, utilizando-se de quadros estatísticos sobre a evolução da economia brasileira, e mostrou que, sob o ponto de vista macroeconômico, o problema central é a dívida interna. "O problema grave está na área fiscal e, por trás disso, a necessidade de emissão de títulos", disse ele, defendendo um ajustamento fiscal mais profundo, para que a dívida interna não cresça como uma "bola de neve".

Em entrevista à imprensa, Lemgruber admitiu que a emissão de títulos, neste semestre, poderá situar-se em Cr\$ 9 trilhões (Cr\$ 1,5 trilhão por mês), montante pequeno, na sua opinião. Esta projeção do presidente do Banco Central baseou-se na concretização de um corte de Cr\$ 56 trilhões no déficit público. Ou seja, o déficit recuaria de Cr\$ 109 trilhões (projeção para junho último) para Cr\$ 53 trilhões. Este montante seria compensado através da expansão da base monetária (Cr\$ 23 trilhões) e pela emissão de títulos (Cr\$ 30 trilhões).

Ocorre, porém, como

lembrou, que no primeiro semestre do ano a colocação de títulos envolveu Cr\$ 21 trilhões, dos quais Cr\$ 15 trilhões equivalentes à emissão líquida e Cr\$ 6 trilhões ao refinanciamento dos juros. Assim, de acordo com os cálculos do presidente do Banco Central, é possível que, neste semestre, seja necessário emitir apenas Cr\$ 9 trilhões. "O País não sobrevive com um déficit da ordem de Cr\$ 100 trilhões. Alguma coisa tem de ser feita: ou corte nos gastos ou aumento na arrecadação", disse Lemgruber.

ACERTO EXTERNO

Lemgruber retornou dos Estados Unidos na última semana e revelou que não houve nenhuma evolução nas conversas com os banqueiros. "Não poderá haver um progresso substancial no acordo com os bancos enquanto houver um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)", disse o presidente do Banco Central. Ele acha, porém, que o governo brasileiro poderá chegar a um acordo com o FMI, com um programa da redução do déficit para a casa dos Cr\$ 50 trilhões.

Na opinião de Lemgruber, é importante que o governo chegue a um acordo com o FMI ainda neste mês, para reiniciar conversações com os banqueiros em agosto, quando vence o prazo de negociação da dívida.

Numa análise sobre as reservas brasileiras, Lemgruber previu que elas ficarão, no mínimo, estáveis neste semestre, mesmo que o País não receba recursos do FMI. O crescimento das reservas foi um dos pontos abordados por Lemgruber em sua palestra: cresceram US\$ 750 milhões de dezembro a junho, quando se fixaram em US\$ 8,25 bilhões.